

CLIPPING IMPRESSO 30/04/2014



INDICE

1.	JORNAL A TARDE	
	1.1. COMEÇAR DE NOVO	
	1.2. JUÍZES	
	1.3. PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
	1.4. PRESIDÊNCIA	
	1.5. SERVIDOR PÚBLICO	
	1.6. TJ-MA 200 ANOS	7
	1.7. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA 8	
2.	JORNAL ATOS E FATOS	
	2.1. TJ-MA 200 ANOS	10
3.	JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
	3.1. COMEÇAR DE NOVO	- 12
	3.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO	- 14
4.	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
	4.1. PONTO FACULTATIVO / FERIADO	- 16
	4.2. TJ-MA 200 ANOS	
5.	JORNAL O DEBATE	
	5.1. CORREGEDOR	
	5.2. TJ-MA 200 ANOS	- 20
6.	JORNAL O PROGRESSO	
	6.1. JUÍZES	- 22
	6.2. VARAS CRIMINAIS	
7.	JORNAL PEQUENO	
	7.1. JUÍZES	
	7.2. PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
	7.3. PRESIDÊNCIA	- 27
	7.4. SERVIDOR PÚBLICO	
	7.5. TJ-MA 200 ANOS	- 31
	7.6. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - COMEÇAR DE NOVO
30/04/2014 - JORNAL A TARDE
1º CADERNO - GERAL - PAG.: 9
POSITIVA - CM.: 56 (14 x 4 col)
CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO É REALIZADO A INTERNOS PROVISÓRIOS DO COMPLEXO
PENITENCIÁRIO DE PEDRINHAS

Cadastramento biométrico é realizado a internos provisórios do Complexo Penitenciário de Pedrinhas



Internas realizam cadastramento biométrico em posto instalado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas

Unidades prisionais do Complexo Penitenciário de Pedrinhas recebem, desde segundafeira (28), postos para cadastramento biométrico de internos provisórios para as eleições deste ano. Coordenada pela Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça (UMF/TJ MA), a ação integra o Programa Começar

de Novo e visa garantir o exercício da cidadania àqueles que ainda não foram sentenciados pela justiça e continuam aptos a votar.

Para realizar o atendimento, os detentos devem apresentar documento com foto e comprovante de residência. "A família do interno apto a votar trouxe a documentação solicitada e os que se interessaram estão sendo encaminhados para fazer o cadastro", explicou a assistente social da Sejap, Licia Siqueira.

De acordo com o técnico judiciário e um dos responsáveis pelo posto na unidade prisional, Raimundo Cardoso, depois de realizado o cadastro, o interno votará em outubro, nas urnas que serão disponibilizadas nas unidades prisionais. "Se alguns dos cadastrados aqui estiverem em liberdade, na época, terão que retornar à unidade para votar e posteriormente poderá ser feito a transferência do local de votação", pontuou.

Pouco mais de 50 internos já fizeram o cadastramento e a expectativa é que esse número chegue a pelo menos trezentos. "Temos bem mais que poderiam realizar o cadastro para votar, mas o interesse não tem sido proporcional e existe ainda a questão da falta de documentação de alguns", frisou Raimundo Cardoso.

A ação que continua até esta quarta-feira (30) para detentos provisórios de São Luís, também já está sendo feita nas unidades prisionais do interior do estado.



30/04/2014 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 2 POSITIVA - CM.: 20 (5 x 4 col)

JUÍZES SUGEGREM NOVOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE NO TJMA

Juízes sugerem novos critérios para avaliação da produtividade no TJMA

Sugestões para alteração da Gratificação por Produtividade Judiciária dos servidores do Poder Judiciário foram discutidas entre o coordenador do Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), juiz Márlon Reis, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Santos, e os magistrados Marcelo Moreira e Ângelo Antonio dos Santos, 1º e 2º vice-presidentes da entidade, respectivamente. Participaram da reunião os

servidores do NPE, Amarildo Serejo, Kate Moraes, Filomena Azevedo e Emanuel Sodré.

Segundo Márlon Reis, essa foi a última reunião para coleta de propostas que nortearão as alteração para a nova Resolução que regulamentará a Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) para 2015, cuja implantação ocorreu em 2010, na gestão do desembargador Jamil Gedeon, para estimular servidores ao cumprimento de determinadas metas de produtividade.



30/04/2014 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 6 POSITIVA - CM.: 16 (8 x 2 col)

EXPEDIENTE NO JUDICIÁRIO SERÁ SUSPENSO NOS DIAS 1º E 2 DE MAIO

EXPEDIENTE NO JUDICIÁRIO SERÁ SUSPENSO NOS DIAS 1º E 2 DE MAIO

Não haverá expediente no Judiciário do Estado do Maranhão no dia 1° (Dia do Trabalhador) e 02 de maio (suspensão de expediente), conforme Resolução n° 063/2013 do TJMA, publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe). As datas dos feriados, pontos facultativos e suspensão de expediente no Judiciário estão relacionadas no calendário forense publicado pelo Tribunal a cada ano.

Para garantir o atendimento das demandas urgentes nas esferas cível e criminal, será mantido o plantão judicial de 2º grau. Serão recebidos pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outras demandas.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.



TJMA CRIA COMISSÃO PARA ELABORAR O NOVO PCCV DOS SERVIDORES

TJMA CRIA COMISSÃO PARA ELABORAR O NOVO PCCV DOS SERVIDORES



A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, assinou, na última segundafeira (28) a Portaria nº 381/14, designando os membros que vão compor a comissão destinada a elaborar o novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Poder Judiciário.

No documento, a presidente do TJMA considerou "a necessidade de elaboração do projeto de lei que institua um novo PCCV para os servidores do Judiciário".

A Portaria nº 381/14, revoga a Portaria nº 484/13 e demais disposições em contrário e entra em vigor na data de sua publicação.



30/04/2014 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 6 POSITIVA - CM.: 18 (9 x 2 col)

JUDICIÁRIO AVALIA O DESEMPENHO DE MAIS DE 6 MIL SERVIDORES NO MARANHÃO

JUDICIÁRIO AVALIA O DESEMPENHO DE MAIS DE 6 MIL SERVIDORES NO MARANHÃO

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou, nos últimos dois anos, a avaliação funcional de mais de 6 mil servidores do Judiciário em todo o Estado. A aferição é requisito para a obtenção de estabilidade na carreira e destina-se aos concursados que se encontram em estágio probatório e que aguardam promoção ou progressão funcional.

De abril de 2012 a abril de 2014, 6.003 servidores foram avaliados. Do total, 5.211 (86,8%) atingiram a conceituação "excelente", 634 (10,6%) "bom", 141 (2,3%) "satisfatório" e apenas 17 (0,3%) "insuficiente".

A avaliação é feita por observação das chefias das diversas divisões e órgãos do Judiciário. As informações sobre o servidor são registradas em formulários eletrônicos de avaliação disponibilizados no site do Tribunal na "página do servidor". São considerados fatores como assiduidade, capacidade de iniciativa, disciplina, pontualidade e responsabilidade. Questões subjetivas orientam os avaliadores na aferição da aptidão do servidor para o exercício do cargo que ocupa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - TJ-MA 200 ANOS 30/04/2014 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: CAPA POSITIVA - CM.: 90 (15 x 6 col)

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LUÍS HOMENAGEIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LUÍS HOMENAGEIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA



A vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, recebeu a placa e o diploma homenageando o Poder Judiciário

Pág. 3

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - TJ-MA 200 ANOS 30/04/2014 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 3

POSITIVA - CM.: 68 (17 x 4 col)

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LUÍS HOMENAGEIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Câmara de Vereadores de São Luís homenageia Tribunal de Justiça



A vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, recebeu a placa e o diploma homenageando o Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), terceira Corte mais antiga do país, foi homenageado pela Câmara dos Vereadores de São Luís, pelos relevantes serviços prestados à sociedade e à Justiça em seus 200 anos de existência. A homenagem foi proposta pelo vereador Ivaldo Rodrigues, por meio do Requerimento 589/13.

Em cerimônia no plenário do Legislativo Municipal, a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz - representando a presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire - recebeu a placa e o diploma homenageando o Poder Judiciário.

A magistrada agradeceu a homenagem prestada pela Câmara de Vereadores e destacou o papel dos magistrados como testemunhas e como protagonistas das transformações em curso na Justiça Estadual, cujos avanços em dois séculos de existência são bastante visíveis.

"Em dois séculos de funcionamento o Tribunal de Justiça expandiu sua estrutura física e de pessoal, interiorizou suas ações e hoje está presente em 133 comarcas do Estado", lembrou Anildes Cruz, ressaltando o esforço da atual gestão em ampliar esse crescimento.

Segundo a desembargadora, esse desempenho em melhorar a cada gestão, resulta da dedicação da imensa maioria dos seus 263 magistrados do 1º grau, e 27 do 2º grau, empenhados em aprimorar a produtividade nos julgamentos e superar os entraves causados pela avalanche processual.

Presente à solenidade, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Santos, destacou a importância do Poder Judiciário na promoção da Justiça, exercendo a sua função constitucional de guardião das leis.

Ao expor os motivos para homenagear o TJMA, o vereador Ivaldo Rodrigues relembrou que a proposta foi aprovada por unanimidade pelos parlamentares municipais, que reconheceram o importante papel desempenhado pelo Judiciário em prol da Justiça, atuando com equilíbrio nas questões judiciais que envolvendo interesses do cidadão e do Estado. "Julgar pessoas é uma nobre e difícil missão", afirmou.

Os desembargadores Guerreiro Júnior, Nelma Sarney e Cleones Carvalho e Maria dos Remédios Buna também foram agraciados com o Diploma. Na ocasião, eles foram também representados pela desembargadora Anildes Cruz.

A cerimônia foi presidida pelo vereador Isaías Pereirinha e contou com a participação do secretário municipal de Meio Ambiente Rodrigo Maia, representando o prefeito de São Luís Edivaldo Holanda, e da promotora Maria da Glória Mafra, representando o presidente da Associação dos Promotores, Carlos Augusto Cutrim.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.: 8

30/04/2014 - JORNAL A TARDE 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 6 POSITIVA - CM.: 18 (9 x 2 col)

JUÍZA NEGA PEDIDO DE CONSTRUTORA CONTRATADA COM DISPENSA DE LICITAÇÃO

JUÍZA NEGA PEDIDO DE CONSTRUTORA CONTRATADA COM DISPENSA DE LICITAÇÃO

A juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Luzia Madeiro Neponucena, julgou improcedente o pedido da Construtora Beton Utda., que cobrava R\$ 6,1 milhões ao Estado do Maranhão pela realização de obra de recuperação dos encontros da ponte sobre o Rio Pindaré, na rodovia MA-014, que liga os municípios de Viana e Vitória do Mearim. Os serviços foram executados em 2003, com dispensa de licitação o que, segundo a magistrada, tratou-se de contração ilegal e irregular. Na decisão, a juiza afirma que um dos princípios constitucionais da Administração Pública é a legalidade de seus atos e que "a dispensa de licitação no caso em tela encontra-se eivada de flagrantes ilegalidades, incabível, pois, na espécie ser referendado por parte da Justica". A magistrada ressalta que a dispensa não ocorreu conforme prevê a lei: ocorre quando se verificam situações onde a licitação, embora possível em face da viabilidade de competição, não se justifica, presente o interesse público, sendo a necessidade de ação imediata do Poder Público em defesa de valores maiores postos em perigo, um evento imprevisível.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA 200 ANOS 30/04/2014 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: CAPA POSITIVA - CM.: 40 (10 x 4 col) CÂMARA DE VEREADORES HOMENAGEIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Câmara de Vereadores homenageia Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), terceira Corte mais antiga do país, foi homenageado pela Câmara dos Vereadores de São Luís, pelos relevantes serviços prestados à sociedade e à Justiça em seus 200 anos de existência. A homenagem foi proposta pelo vereador Ivaldo Rodrigues, por meio do Requerimento 589/13. PÁGINA 3





TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA 200 ANOS 30/04/2014 - JORNAL ATOS E FATOS 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 26 (13 x 2 col) CÂMARA DE VEREADORES HOMENAGEIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Câmara de Vereadores de São Luís homenageia Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), terceira Corte mais antiga do país, foi homenageado pela Câmara dos Vereadores de São Luís, pelos relevantes serviços prestados à sociedade e à Justiça em seus 200 anos de existência. A homenagem foi proposta pelo vereador Ivaldo Rodrigues, por meio do Requerimento 589/13.

Em cerimônia no plenário do Legislativo Municipal, a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz – representando a presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire – recebeu a placa e o diploma homenageando o Poder Judiciário.

A magistrada agradeceu a homenagem prestada pela Câmara de Vereadores e destacou o papel dos magistrados como testemunhas e como protagonistas das transformações em curso na Justiça Estadual, cujos avanços em dois séculos de exis-

tência são bastante visíveis.

"Em dois séculos de funcionamento o Tribunal de Justiça expandiu sua estrutura física e de pessoal, interiorizou suas ações e hoje está presente em 133 comarcas do Estado", lembrou Anildes Cruz, ressaltando o esforço da atual gestão em ampliar esse crescimento.

Segundo a desembargadora, esse desempenho em melhorar a cada gestão, resulta da dedicação da imensa maioria dos seus 263 magistrados do 1º grau, e 27 do 2º grau, empenhados em aprimorar a produtividade nos julgamentos e superar os entraves causados pela avalanche processual.

Presente à solenidade, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Santos, destacou a importância do Poder Judiciário na promoção da Justiça, exercendo a sua função constitucional de guardião das leis.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - COMEÇAR DE NOVO 30/04/2014 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 24 (12 x 2 col)

CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO É REALIZADO A INTERNOS DO COMPLEXO DE PEDRINHAS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - COMEÇAR DE NOVO 30/04/2014 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS 1º CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 8

POSITIVA - CM.: 72 (18 x 4 col)

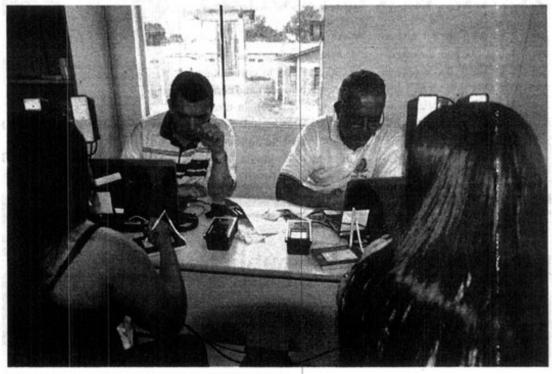
CADASTRAMENTO BIOMÉTRICO É REALIZADO A INTERNOS DO COMPLEXO DE PEDRINHAS

Cadastramento biométrico é realizado a internos do Complexo de Pedrinhas

Unidades prisionais do Complexo Penitenciário de Pedrinhas estão recebendo, desde segunda-feira (28), postos para cadastramento biométrico de internos provisórios para as eleições deste ano. Coordenada pela Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justica (UMF/TJ MA), a ação integra o Programa Começar de Novo e visa garantir o exercício da cidadania àqueles que ainda não foram sentenciados pela justiça e continuam aptos a votar.

Para realizar o atendimento, os detentos devem apresentar documento com foto e comprovante de residência. "A família do interno apto a votar trouxe a documentação solicitada e os que se interessaram estão sendo encaminhados para fazer o cadastro", explicou a assistente social da Sejap, Licia Siqueira.

De acordo com o técnico judiciário e um dos responsáveis pelo posto na unidade prisional, Raimundo Cardoso,



Pouco mais de 50 internos já fizeram o cadastramento

depois de realizado o cadastro, o interno votará em outubro, nas urnas que serão disponibilizadas nas unidades prisionais. "Se alguns dos cadastrados aqui estiverem em liberdade, na época, terão que retornar à unidade para votar e posteriormente poderá ser feito a transferência do local de votação", pontuou.

Pouco mais de 50 internos já fizeram o cadastramento e a expectativa é que esse número chegue a pelo menos trezentos. "Temos bem mais que poderiam realizar o cadastro para votar, mas o interesse não tem sido proporcional e existe ainda a questão da falta de documentação de alguns", frisou Raimundo Cardoso.

A ação que continua até esta quarta-feira (30) para detentos provisórios de São Luís, também já está sendo feita nas unidades prisionais do interior co estado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - PONTO FACULTATIVO / FERIADO 30/04/2014 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS

1º CADERNO - GERAL - PAG.: 5 POSITIVA - CM.: 104 (26 x 4 col)

(MATÉRIA COM ERRO DE DIAGRAMAÇÃO) - REPRESA DO BATATÃ ESTÁ COM APENAS 5% DE SUA

P.: 13

CAPACIDADE

REPRESA DO BATATÃ ESTÁ COM APENAS 5% DE SUA CAPACIDADE

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo Clipping realizado pela Comunicação



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - PONTO FACULTATIVO / FERIADO 30/04/2014 - JORNAL CORREIO DE NOTICIAS

1º CADERNO - GERAL - PAG.: 5 POSITIVA - CM.: 104 (26 x 4 col)

(MATÉRIA COM ERRO DE DIAGRAMAÇÃO) - REPRESA DO BATATÃ ESTÁ COM APENAS 5% DE SUA

CAPACIDADE

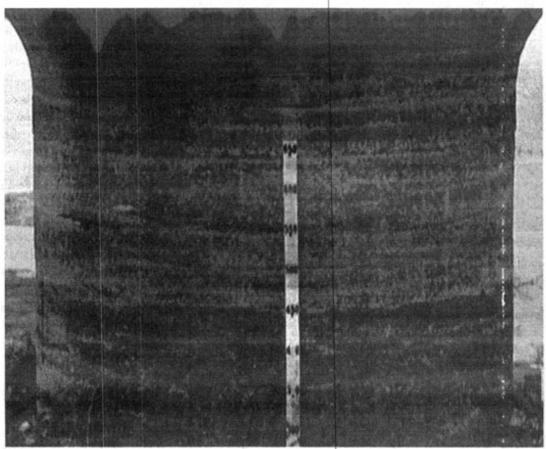
Represa do Batatã está com apenas 5% de sua capacidade

A Represa Batată está comprometida por causa da falta de chuvas na capital este ano. Segundo a Companhia de Abastecimento Ambiental do Maranhão (Caema), o nível de água da represa atualmente é da Cota 2, que corresponde a menos de 5% da capacidade de sua reserva. Por causa disso, o abastecimento de água está comprometido nos bairros que dependem do reservatório, causando insatisfação entre a população.

Mais de 10 bairros de São Luís são abastecidos pelo Sistema Sacavém, dos quais pelo menos a metade recebe água proveniente da Represa Batatã. Os demais são abastecidos com água captada pelos poços profundos do sistema. Cerca de 100 mil pessoas dependem do reservatório para ter água em casa, mas desde 2008 não atinge o nível máximo. O volume de água vem caindo ano a ano e agora atingiu o nível mais crítico dos últimos anos.

Além das poucas chuvas, a alta demanda de água em São Luís, associada com a ocupação irregular do entorno da Reserva do Batatã, que está sendo desmatada, compromete ainda mais as condições da represa, já que a retirada da mata ciliar causa o assoreamento da represa. Quase sem água, o cenário atual da barragem é de mato e bancos de areia e a profundidade do lago está beirando os 50 centímetros.

De acordo com a Caema, o baixo nível do reservatório é o principal motivo dos problemas com a falta d'água que a população de São Luís tem enfrentado. O nível é bem abaixo do aceitável pelos técnicos e está muito longe do que é considerado ideal para garantir o abastecimento. Por causa do problema, a companhia já está alternando o fornecimento de água nas torneiras. Mas a si-



Reserva se encontra em estado alarmante

tuação pode piorar se as chuvas não se intensificarem até o fim de julho, já que no mês de agosto começa o período de estiagem na capital, que dura até o início do mês de janeiro.

Segundo a meteorologista Andréa Cerqueira, do Núcleo Geoambiental (NuGeo) da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), os totais mensais de chuva deste ano estão todos abaixo da média normal para São Luís. Até agora, o índice pluviométrico da capital totalizou 711,9 milímetros, quando o normal seriam 1.521,2 milímetros, ou seja, está 56% abaixo que o normal para os primeiros quatro meses do ano. "Para maio, há previsão de que as chuvas também fiquem abaixo da média prevista, que é de 316 milímetros", infor-

Bairros abastecidos pelo Sis-

tema Sacavém- Centro, São Pantaleão, Madre Deus, Goiabal, Codozinho, Vila Bessa, Belira, Lira, Areinha (parte), Macaúba, Apicum, Camboa, Vila Bangu, Diamante, Vila Passo, Corea de Baixo e Corea de Cima, Sítio do Meio, Alto de Boa Vista, Retiro Natal, Liberdade, Tomé de Sousa, Fé em Deus, Floresta, Monte Castelo (parte).

Expediente no Judiciário será suspenso nos dias 1° e 2 de maio

Não haverá expediente no Judiciário do Estado do Maranhão no dia 1º (Dia do Trabalhador) e 02 de maio (suspensão de expediente), conforme Resolução do TJMA, publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe). As datas dos feriados, pontos facultativos e suspensão de expediente no Judi-

ciário estão relacionadas no calendário forense publicado pelo Tribunal a cada ano.

Para garantir o atendimento das demandas urgentes nas esferas cível e

criminal, será mantido o plantão judicial de 2º grau. Serão recebidos

pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por

motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão

provisória, entre outras demandas.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão

determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.



30/04/2014 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - CIDADES - PAG.: CAPA

POSITIVA - CM.: 12 (6 x 2 col)

FERIADO ALTERARÁ ROTINA DE SÃO LUÍS

Feriado alterará rotina de São Luís

Apenas os serviços básicos de saúde, segurança e limpeza pública prestarão atendimento amanhã, Dia do Trabalho. As agências de Correios e bancárias, lotéricas e órgãos públicos não funcionarão. **Cidades 2**

O que funciona

HOSPITAIS, DELEGACIAS E UPAS: em regime de plantão.

SHOPPINGS:

somente as praças de alimentação, os parques de diversão e os cinemas.



30/04/2014 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 2º CADERNO (CIDADES) - CIDADES - PAG.: 2 POSITIVA - CM.: 78 (39 x 2 col) FERIADO ALTERARÁ ROTINA DE SÃO LUÍS

Rotina de São Luís será modificada com feriado do Dia do Trabalho

Supermercados, correios e bancos ficarão fechados durante a quinta-feira

Por causa do feriado do Dia do Trabalho, amanhã, a rotina de São Luís terá alterações. Durante todo o dia, agências dos Correios, bancárias, casas lotéricas e repartições públicas estarão fechadas e apenas os serviços básicos de saúde, segurança e limpeza pública prestarão atendimento em regime de plantão. As lojas da Rua Grande estarão fechadas e os shoppings também modificarão seus horários de funcionamento. Na sexta-feira, dia 2, a rotina da cidade voltará ao normal.

A Prefeitura de São Luís e o Governo do Estado ainda não informaram se será decretado ponto facultativo na sexta-feira, mas, durante o dia de amanhã, os serviços públicos considerados essenciais - como saúde, limpeza pública, guarda municipal, fiscalização de trânsito e terminais de integração de passageiros - vão manter o atendi-

mento por meio de escalas de serviço ou plantão.

Os órgãos do Governo do Estado também funcionarão em regime de plantão nas delegacias e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que funcionam 24 horas. Se necessário, ambulâncias farão a transferência dos pacientes para os hospitais de alta complexidade.

Não haverá expediente também no Judiciário do Estado amanhã e na sexta-feira, que teve o expediente suspenso. Para garantir o atendimento das demandas urgentes nas esferas cível e criminal, será mantido o plantão judicial de 2º grau. Serão recebidos pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outras demandas.

Serviços - As agências dos Correios ficarão fechadas durante toda a quinta-feira, reabrindo apenas na sexta-feira, para expediente normal. Casas lotéricas e agências bancárias não atenderão amanhã, reabrindo normalmente no dia 2. Os serviços bancários também ficam disponíveis 24 horas, por meio dos canais de atendimento alternativos, como caixas eletrônicos, Internet Banking, Mobile Banking.

O consumidor que tem contas a pagar (luz, telefone, água etc) com vencimento na quintafeira poderá fazer o pagamento no primeiro dia útil após o feriado, dia 2, sem multa. As lojas da Rua Grande também ficam de portas fechadas e retomam seu funcionamento normal na sexta-feira. Os supermercados também permanecerão fechados durante todo o feriado nacional e atendendo normalmente na sexta-feira.

Shoppings - Os shoppings de São Luís também modificaram seu horário de atendimento por causa do feriado do Dia do Trabalho. O Tropical Shopping e o Monumental Shopping, no Renascença II, estarão fechados durante todo o dia e o atendimento aos consumidores só volta às 9h do dia 2. O Jaracati Shopping, no Jaracati, também não abre as portas no feriado. No Shopping da Ilha, no Maranhão Novo, as salas de cinema vão funcionar das 12h às 22h. A praça de alimentação abre das 12h às 22h. O Restaurante Manhattan Steak estará aberto ao publico das 12h à meia-noite e o Parque Magic Games, no Piso L2, vai funcionar das 12h às 22h. Lojas e quiosques ficarão fechados bem como o Supermercado Mateus.

No São Luís Shopping, no Jaracati, o cinema funcionará das 13h às 22h. A praça de alimentação, lazer e o Danny's Park funcionarão das 12h às 22h. Lojas, quiosques e Hiper Bom Preco não atenderão ao público amanhã. O Rio Anil Shopping também ficará com lojas, quiosques e Supermercados Mateus fechado no feriado. O cinema funciona das 13h às 22h. A praça de alimentação funcionará das 12h às 22h, o Space Play e o Evento Happy Times abrirão das 12h às 22h. A academia Estação Saúde funcionará das 10h às 15h.



Lojas da Rua Grande estarão fechadas durante o feriado do Dia do Trabalho

Figue por dentro

Hospitais - funcionarão os plantões Delegacias - funcionarão os plantões

Agências bancárias - fechadas Agências dos Correios - fechadas Casas lotéricas - fechadas Reparticões públicas - fechadas Tropical Shopping - lojas fechadas Monumental Shopping - lojas fechadas

São Luís Shopping - lojas fechadas Rio Anil Shopping - lojas fechadas Shopping da Ilha - lojas fechadas Jaracati Shopping - lojas fechadas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - TJ-MA 200 ANOS 30/04/2014 - JORNAL ESTADO DO MARANHÃO 1º CADERNO - POLITICA - ESTADO MAIOR - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 6 (6 x 1 col) HOMENAGEM

Homenagem

Com 200 anos de existência, o Tribunal de Justiça do Maranhão, considerada a terceira Corte mais antiga do país, foi homenageado ontem pela Câmara de São Luís.

A homenagem, "pelos relevantes serviços prestados", foi de iniciativa do vereador Ivaldo Rodrigues (PDT).

Em cerimônia no plenário do Legislativo Municipal, a vice-presidente do TJ, desembargadora Anildes Cruz, recebeu a placa e o diploma que formalizam a homenagem.



30/04/2014 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 64 (16 x 4 col) NELMA SARNEY SE REÚNE COM JUÍZES DE TIMON

INTERAÇÃO

Nelma Sarney se reúne com juízes de Timon



O encontro fez parte da agenda de trabalho da corregedora na Região dos Cocais

A corregedora da Justiça do Maranhão, desembargadora Nelma Sarney, se reuniu no fim da manhã desta terça-feira (29) com juízes da Comarca de Timon, localizada na divisa com o Piauí e distante 432km da capital. O encontro fez parte da agenda de trabalho da corregedora na Região dos Cocais. Na

segunda ela esteve em Caxias, cidade vizinha, onde deu início aos trabalhos da Secretaria de Apoio ao 1º grau e do Núcleo Sentenciante.

Em Timon, que conta com sete varas e um juizado especial, Nelma Sarney conversou com os juízes e recebeu deles propostas para melhoria dos serviços da Justiça na comarca. Dentre as reivindicações, destaque para ações de manutenção predial, incluindo a resolução de problema apresentado pelo elevador. Outro ponto bastante discutido foi a realização de cursos de formação continuada para juízes que atuam na região, ainda que seja por teleconferência. Em relação a essa demanda, a corregedora vai dar encaminhamento à Escola da Magistratura.

Em relação ao trabalho da Corregedoria, a desembargadora destacou que para que a Justiça seja prestada de maneira eficiente em todas as comarcas do Estado, o acompanhamento do órgão é fundamental. "Estamos buscando uma Justiça mais forte e uniforme, com o bom andamento dos trabalhos em cada canto do Maranhão. Não vamos conseguir esse objetivo sem a efetiva participação dos juízes", ratificou.

Acompanhada da juíza corregedora Francisca Galiza, Nelma Sarney reafirmou sua posição em fazer uma Justiça mais próxima da sociedade. Falou da importância das ações de comunicação desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Corregedoria, do apoio das equipes técnicas aos juízes e dos projetos sociais que já estão em andamento no órgão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - TJ-MA 200 ANOS 30/04/2014 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: CAPA POSITIVA - CM.: 15 (5 x 3 col)

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LUIS HOMENAGEIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Câmara de Vereadores de São Luís homenageia Tribunal de Justiça



Pag. 04

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - TJ-MA 200 ANOS 30/04/2014 - JORNAL O DEBATE 1º CADERNO - POLITICA - PAG.: 4 POSITIVA - CM.: 92 (23 x 4 col)

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LUIS HOMENAGEIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Câmara de Vereadores de São Luís homenageia Tribunal de Justiça

A homenagem se deve aos relevantes serviços prestados em 200 anos de existência do TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), terceira Corte mais antiga do país, foi homenageado pela Câmara dos Vereadores de São Luís, pelos relevantes serviços prestados à sociedade e à Justiça em seus 200 anos de existência. A homenagem foi proposta pelo vereador Ivaldo Rodrigues, por meio do Requerimento 589/13.

Em cerimônia no plenário do Legislativo Municipal, a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz representando a presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire - recebeu a placa e o diploma homenageando o Poder Judiciário.

A magistrada agradeceu a homenagem prestada pela Câmara de Vereadores e destacou o papel dos magistrados como testemunhas e como protagonistas das transformações em curso na Justiça Estadual, cujos avanços em dois séculos de existência são bastante visíveis.

"Em dois séculos de funcionamento o Tribunal de Justica expandiu sua estrutura fisica e de pessoal, interiorizou suas ações e hoje está presente em 133 comarcas do Estado", lembrou Anildes Cruz, ressaltando o esforço da atual gestão em ampliar esse crescimento.

Segundo a desembargadora, esse desempenho em melhorar a cada gestão, resulta da dedicação da imensa maioria



A homenagem foi proposta pelo vereador Ivaldo Rodrigues

dos seus 263 magistrados do 1º grau, e 27 do 2º grau, empenhados em aprimorar a produtividade nos julgamentos e superar os entraves causados pela avalanche processual.

Presente à solenidade, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Santos, destacou a importância do Poder Judiciário na promoção da Justiça, exercendo a sua função constitucional de guardião das leis.

RECONHECIMENTO-Ao expor os motivos para homenagear o TJMA, o vereador Ivaldo Rodrigues relembrou que a proposta foi aprovada por unanimidade pelos parlamentares municipais, que reconheceram o importante papel desempenhado pelo Judiciário em prol da Justica, atuando com equilíbrio nas questões judiciais que envolvendo interesses do cidadão e do Estado. "Julgar pessoas é uma nobre e difícil missão", afirmou.

Os desembargadores Guerreiro Júnior, Nelma Sarney e Cleones Carvalho e Maria dos Remédios Buna também foram agraciados com o Diploma. Na ocasião, eles foram também representados pela desembargadora Anildes Cruz.

A cerimônia foi presidida pelo vereador Isaías Pereirinha e contou com a participação do secretário municipal de Meio Ambiente Rodrigo Maia, representando o prefeito de São Luís Edivaldo Holanda, e da promotora Maria da Glória Mafra, representando o presidente da Associação dos Promotores, Carlos Augusto Cutrim.



30/04/2014 - JORNAL O PROGRESSO 1ª CADERNO - POLÍTICA - PAG.: 4 POSITIVA - CM.: 144 (36 x 4 col)

MPMA ACIONA QUATRO JUÍZES POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

MPMA aciona quatro juízes por improbidade administrativa

O Ministério Público do Maranhão ingressou com quatro ações civis públicas por atos de improbidade administrativa contra os juízes Abrahão Lincoln Sauaia, José de Arimatéia Correia Silva e Luís Carlos Nunes Freire, aposentados compulsoriamente por decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e contra o juiz Reinaldo de Jesus Araújo, atualmente em disponibilidade, também por decisão do CNJ. Os processos já foram distribuídos pela Justiça.

As ações contra os magistrados são de autoria do Grupo de Promotores Itinerantes (GPI) e requerem a condenação dos juízes por improbidade administrativa, inclusive com a perda da função pública. Com isso, os magistrados perdem o cargo de juiz, que é vitalício, e, consequentemente, deixam de receber como tal.

Os processos foram solicitados ao presidente do CNJ, Joaquim Barbosa, pela procuradorageral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, em 26 de setembro de 2013, considerando que os procedimentos ainda não tinham sido encaminhados ao MPMA. Contra o juiz Abrahão Lincoln Sauaia pesam casos de atuação negligente; reiteradas liberações de valores em decisões liminares sem contraditório, ampla defesa e garantias, inclusive com indícios de favorecimento de partes ou advogados; distribuição indevida de feitos; paralisação injustificada de processos, entre outros.

Em um dos casos levantados pelo CNJ (processo 1493/2007), o juiz determinou o bloqueio online de mais de R\$ 217 mil da empresa Amazônia Celular S/A, a título de indenização e multa por atraso no cumprimento de decisão. A empresa, no entanto, sequer figurava na decisão do processo.

Em vários casos, o juiz teria autorizado o pagamento de grandes valores, em medida liminar, sem que houvesse a devida caução. O magistrado também exorbitou decisão do 2° Grau do Judiciário maranhense no processo 2484/2001, quando expediu mandado de bloqueio, penhora, transferência e intimação contra o Banco Bradesco S/A enquanto já havia decisão superior que determinava apenas a penhora do valor.

"A atuação do magistrado se reveste pela ilegalidade, na medida em que o resultado do ato importa em violação da lei. Essa ilegalidade conduz a arbitrariedade; revela-se pelo excesso de autoridade, em verdade, pela prática de atos abusivos realizados pelo à época magistrado Abrahão Lincoln Sauáia na condução dos processos sob sua competência", afirmam, na ação, os promotores de justiça que compõem o GPI.

Benefício a advogados - Já o magistrado Luís Carlos Nunes Freire teria conduzido diversos processos de forma atípica, beneficiando advogados que atuam em causas pessoais do próprio juiz. Além disso, em vários casos o juiz teria julgado processos que, no entendimento do Ministério Público, não eram de sua competência e deveriam ser encaminhados a outras varas.

Em outra ocasião (processo 14118/2006), Luís Carlos Nunes Freire determinou o bloqueio judicial e posterior pagamento de R\$ 1.356.000,00, em ação contra a Telemar Norte Leste S/A, decisões que foram suspensas pelo Superior Tribunal de Justiça. O juiz, no entanto, descumpriu as determinações do STJ.

No entendimento do CNJ, o juiz também violou seus deveres funcionais e de imparcialidade durante o processo eleitoral de 2008, no município de Barreirinhas. Luís Carlos Nunes Freire foi designado para atuar na localidade em função de impedimento do juiz titular. Mesmo após o fim do impedimento, Nunes Freire continuou atuando nas fun-



30/04/2014 - JORNAL O PROGRESSO 1ª CADERNO - POLÍTICA - PAG.: 4 POSITIVA - CM.: 144 (36 x 4 col)

MPMA ACIONA QUATRO JUÍZES POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

ções eleitorais.

Ao analisar investigação judicial eleitoral contra o prefeito reeleito, o juiz não teria ouvido a parte ré. Um dos integrantes da questão chegou, inclusive, a ser expulso da sala de audiências por Nunes Freire. O caso levou à cassação do registro de candidatura do primeiro colocado e diplomação do seu adversário, embora houvesse decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) que ordenava a "suspensão da diplomação do segundo candidato mais votado até o julgamento do recurso por este Tribunal Regional Eleitoral". Há informações de que o candidato diplomado foi visto por diversas vezes no flat em que o juiz estava hospedado em Barreirinhas, sendo a última visita na véspera da diplomação.

"Vale ressaltar que todas as hipóteses descritas revelam o exercício arbitrário por meio do qual Luís Carlos Nunes Freire exerceu a magistratura, dando azo ao entendimento de que acaba por sempre favorecer uma parte em detrimento de empresas de grande porte e instituições financeiras, envolvendo na maioria dos casos, a liberação de vultosas quantias em dinheiro, com restrição aos direitos de defesa dos executados, não se excluindo, assim, a possibilidade de autofavorecimento", observam, na ação, os integrantes do GPI.

Liberação ilegal de valores - O magistrado José de Arimatéia Correia Silva também teria liberado diversos valores sem a existência de caução e sem o cumprimento de exigências legais, além
da determinação de prazos exíguos, como é o caso do processo 1086/2000, no qual o juiz determinou o bloqueio do de R\$
1.447.232,05 e sua transferência
para conta judicial no prazo de
duas horas, sob pena de multa
de R\$ 15 mil por hora.

Em outros processos, como o

6131/2003, valores foram penhorados e liberados sem que houvesse termo de penhora e intimação do devedor para que tivesse a oportunidade de impugnar a decisão judicial.

"Vale ressaltar que a Constituição Federal, em seu art. 37, prevê a plena obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que devem reger a atividade pública, mas que, em contrapartida, são prontamente ignorados por José de Arimateia Correia Silva em sua atuação jurisdicional", ressaltam, na ação, os promotores de justiça.

Improbidade - Os atos de improbidade administrativa levantados pelo Ministério Público do Maranhão, e que levaram o CNJ a colocar o juiz Reinaldo de Jesus Araújo em disponibilidade, referem-se ao processo 18713/2006 contra a Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos S/A (Emarhp), sociedade de economia mista que tem como acionista majoritário o Estado do Maranhão.

Na época, o magistrado substituía o titular da ação por apenas quatro dias e, sem qualquer motivação plausível de urgência, decidiu pela antecipação de tutela, expedindo alvarás para saques de R\$ 2.047.700,29 e R\$ 307.155,04. Ocorre que o advogado da parte beneficiada possuía vínculo familiar com o magistrado, pois era ex-marido da filha de Reinaldo de Jesus Araújo, tendo dois filhos com ela.

Vale ressaltar, também, que o processo estava em poder de um dos advogados envolvidos na questão até o dia em que foi prolatada a decisão. "Ou seja, o magistrado requerido somente teve acesso aos autos no dia 05/09/2006 e ainda pela manhã os analisou, proferiu a Decisão e assinou o Alvará", observam os promotores.

Além disso, já havia sido negado pedido de Liminar para levantamento da quantia, que estava sendo analisado em agravo de instrumento perante o Tribunal de Justiça do Maranhão.

"A análise do fato acima descrito deixa notório o modus operandi arbitrário, parcial e desatento às regras legais com que o demandado exerceu a função jurisdicional, interpretando o direito posto ao seu bel prazer apenas para justificar medidas destituídas de quaisquer fundamentos legais", avaliam os integrantes do GPI.

Se condenados por improbidade administrativa, os juízes Abrahão Lincoln Sauaia, José de Arimatéria Correia Silva, Luís Carlos Nunes Freire e Reinaldo de Jesus Araújo estarão sujeitos ao ressarcimento integral do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa de até cem vezes o valor da remuneração recebida e proibição de contratar ou receber qualquer tipo de benefício do Poder Público, ainda que por intermédio de empresa da qual sejam sócios majoritários, pelo prazo de três anos.

GPI - O GPI foi criado a partir de Ato Regulamentar Conjunto n°16/2013 da Procuradoria Geral de Justiça e Corregedoria Geral do Ministério Público.

O grupo auxilia no desempenho das atividades processuais e extraprocessuais junto às Promotorias de Justiça, na capital e no interior, quando o elevado número de procedimentos administrativos justificar a sua atuação.

"A atuação do Grupo de Promotores Itinerantes vem fortalecer o trabalho dos promotores de justiça de todo o Maranhão, reforçando o trabalho do Ministério Público em defesa da sociedade e pelo cumprimento da lei", ressaltou Regina Rocha. (Redação: CCOM-MPMA)



30/04/2014 - JORNAL O PROGRESSO 1ª CADERNO - POLÍCIA - PAG.: 8 POSITIVA - CM.: 102 (17 x 6 col)

JUSTIÇA DETERMINA PRISÃO DE ACUSADO DE MATAR A ESPOSA

Justiça determina prisão de acusado de matar a esposa

O vendedor André Pereira da Costa, 34 anos, é acusado de ter assassinado a enfermeira Hoseane dos Santos Ribeiro

Policiais civis, sob o comando do delegado Tiago Bardhal, efetuaram, no fim da tarde dessa terça-feira (29), a prisão do vendedor André Pereira da Costa, 34 anos, acusado de ter assassinado a própria esposa, fato ocorrido no dia 24 de dezembro de 2012. Portanto, na véspera de Natal.

Na ocasião, chegou a ser informado que a vítima, a enfermeira Hoseane dos Santos Ribeiro, na ocasião com 30 anos, teria sido assaltada, levado um tiro de pistola calibre 380 no abdômen e morrido. Entretanto, no decorrer das investigações, ficou provado que foi André Pereira o autor do disparo que alvejou Hoseane em meio a uma discussão do casal numa casa localizada na Rua Simplício Moreira, bairro Bacuri.

André chegou a ser preso, mas foi colocado em liberdade por força das brechas da lei. Entretanto, agora o juiz Flávio Roberto Ribeiro Soares, titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, achou por bem decretar novamente a prisão do acusado, que vai ficar preso até o julgamento. Além disso, André está sendo investigado por participação em outros homicídios em Imperatriz.

André Pereira da Costa se encontra em uma das celas da Delegacia Regional de Imperatriz e deverá, nos próximos dias, ser transferido para uma das duas unidades prisionais -



André Pereira da Costa se encontra à disposição da Justiça

em Imperatriz ou Davinópolis.

O delegado regional Assis Ramos informou a **O PROGRESSO** que as investigações contra André Pereira da Costa vão continuar. "André vai continuar sendo investigado, pois ele tem outros crimes para responder", disse.



1º CADERNO - ATOS, FATOS E BARATOS - PAG.: 2

POSITIVA - CM.: 16 (16 x 1 col)

JUÍZES SUGEREM NOVOS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE NO TJMA

Juízes sugerem novos critérios para avaliação da produtividade no TJMA

Sugestões para alteração da Gratificação por Produtividade Judiciária dos servidores do Poder Judiciário foram discutidas entre o coordenador do Núcleo de Planejamento Estratégico do Tribunal de Justica do Maranhão (TJMA), juiz Márlon Reis, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Santos, e os magistrados Marcelo Moreira e Angelo Antonio dos Santos, 1º e 2º vice-presidentes da entidade, respectivamente. Participaram da reunião os servidores do NPE, Amarildo Serejo, Kate Moraes, Filomena Azevedo e Emanuel Sodré.

Segundo Márlon Reis, essa foi a última reunião para coleta de propostas que nortearão as alteração para a nova Resolução que regulamentará a Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ) para 2015, cuja implantação ocorreu em 2010, na gestão do desembargador Jamil Gedeon, para estimular servidores ao cumprimento de determinadas metas de produtividade.

Gervásio Santos recomendou, entre outras medidas, a medição do índice de produtividade por servidor, e que a apuração considere o período integral dos 12 meses do ano, além da realização de auditoria nas unidades vencedoras e criação de uma Comissão Recursal para julgamento dos recursos.

P.: 25



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - PONTO FACULTATIVO / FERIADO 30/04/2014 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ATOS, FATOS E BARATOS - PAG.: 2

POSITIVA - CM.: 10 (10 x 1 col)

EXPEDIENTE NO JUDICIÁRIO SERÁ SUSPENSO QUINTA E SEXTA-FEIRA

Expediente no Judiciário será suspenso quinta e sexta-feira

Não haverá expediente no Judiciário do Maranhão no dia 1º (Dia do Trabalhador) e 02 de maio (suspensão de expediente), conforme publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Para garantir o atendimento das demandas urgentes nas esferas cível e criminal, será mantido o plantão judicial de 2º grau. Serão recebidos pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outras demandas. Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - PRESIDÊNCIA 30/04/2014 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - POLITICA - INFORME JP - MIUDINHAS - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 2 (1 x 2 col) A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA (...)

• A presidente do Tribunal de Justiça, Cleonice Freire, assinou, segunda-feira, portaria designando os integrantes da comissão destinada a elaborar o novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Poder Judiciário.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - PRESIDENCIA 30/04/2014 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - GERAL - NOTAS E INFORMES - PAG.: 9 POSITIVA - CM.: 8 (4 x 2 col) TJMA CRIA COMISSÃO DO NOVO PCCV

TJMA cria comissão do novo PCCV

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, assinou, na última segundafeira (28) a Portaria nº 381/14, designando os membros que vão compor a comissão destinada a elaborar o novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Poder Judiciário.

A comissão é composta pelo desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, presidente, e pelos servidores Priscilla Moraes Rêgo Souza (Diretoria Geral), Luciano de Oliveira Borges (Diretoria Financeira), Paloma Araújo Verejão (Diretoria de Recursos Humanos) – analistas judiciários -, e Aníbal da Silva Lins, presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA).



1º CADERNO - CIDADE - PAG.: 5 POSITIVA - CM.: 32 (16 x 2 col)

JUDICIÁRIO AVALIA DESEMPENHO DE MAIS DE 6 MIL SERVIDORES NO MA

Judiciário avalia desempenho de mais de 6 mil servidores no MA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realizou, nos últimos dois anos, a avaliação funcional de mais de 6 mil servidores do Judiciário em todo o Estado. A aferição é requisito para a obtenção de estabilidade na carreira e destina-se aos concursados que se encontram em estágio probatório e que aguardam promoção ou progressão funcional.

De abril de 2012 a abril de 2014, 6.003 servidores foram avaliados. Do total, 5.211 (86,8%) atingiram a conceituação "excelente", 634 (10,6%) "bom", 141 (2,3%) "satisfatório" e apenas 17 (0,3%) "insuficiente".

A avaliação é feita por observação das chefias das diversas divisões e órgãos do Judiciário. As informações sobre o servidor são registradas em formulários eletrônicos de avaliação disponibilizados no site do Tribunal na "página do servidor". São considerados fatores como assiduidade, capacidade de iniciativa, disciplina, pontualidade e responsabilidade. Questões subjetivas orientam os avaliadores na aferição da aptidão do servidor para o exercício do cargo que ocupa.

O processo é dividido em três etapas consecutivas, que ocorrem no décimo, vigésimo e trigésimo mês de efetivo exercício no cargo. Cada etapa tem pontuação mínima de 30 e máxima de 210 pontos.

São considerados aprovados os servidores que obtiverem a homologação da sua avaliação constatando desempenho satisfatório, ou seja, resultado igual ou superior a 70% da pontuação máxima possível.

Para o diretor de Recursos Humanos, Daniel Gedeon, a avaliação é uma ferramenta que o Tribunal adota com o objetivo de direcionar as ações necessárias ao aprimoramento do potencial dos servidores. Um estímulo para que ele seja agente da sua própria capacitação. "A aferição do desempenho também pode ajustar possíveis falhas comportamentais ou profissionais, promovendo a melhoria na qualidade de atendimento".

A coordenadora ressalta que os resultados direcionam a elaboração do plano de formação e capacitação profissional dos servidores, desenvolvido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

PROMOÇÃO – Os servidores que são promovidos recebem aumento salarial, calculado a partir de percentual, atualmente de 2,5%, sob o vencimento base do servidor efetivo, conforme valores disponíveis no quadro de plano de cargos e carreiras.

A promoção também está vinculada à apresentação de certificados de participação em ações de treinamento (curso, capacitação, especialização), com totalidade de, no mínimo, 80 horas de aula. O servidor deve, ainda, passar por avaliação na carreira, com conceito mínimo "satisfatório", que deverá ser realizada no 22º mês da permanência do nível final da classe.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA - TJ-MA 200 ANOS 30/04/2014 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ATOS, FATOS E BARATOS - SOBE - PAG.: 2 POSITIVA - CM.: 4 (4 x 1 col) O TRIBUNAL DE JUSTIÇA FOI HOMENAGEADO (...)

▲ SOBE

O Tribunal de Justiça foi homenageado pela Câmara dos Vereadores de São Luís, pelos relevantes serviços prestados à sociedade e à Justiça em seus 200 anos de existência. A homenagem foi proposta pelo vereador Ivaldo Rodrigues.



30/04/2014 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - GERAL - PAG.: 9

POSITIVA - CM.: 68 (17 x 4 col)

CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LUÍS HOMENAGEIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Câmara de Vereadores de São Luís homenageia Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), terceira Corte mais antiga do país, foi homenageado pela Câmara dos Vereado-res de São Luís, pelos relevantes serviços prestados à sociedade e à Justiça em seus 200 anos de existência. A homenagem foi proposta pelo vereador Ivaldo Rodrigues, por meio do Reque-rimento 589/13.

Em cerimônia no plenário do Legislativo Municipal, a vi-ce-presidente do TJMA, desem-bargadora Anildes Cruz – representando a presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire – recebeu a placa e o diplo-ma homenageando o Poder Ju-

A magistrada agradeceu a homenagem prestada pela Câmara de Vereadores e destacou o papel dos magistrados como testemunhas e como protagonistas das transformações em curso na Justiça Estadual, cujos avanços em dois séculos de existência são bastante visíveis.

"Em dois séculos de funcionamento o Tribunal de Justiça expandiu sua estrutura física e de pessoal, interiorizou suas ações e hoje está presente em 133 comarcas do Estado", lembrou Anildes Cruz, ressaltando o esforço da atual gestão em ampliar esse crescimento.

Segundo a desembargadora, esse desempenho em melhorar a cada gestão, resulta da dedica-



A DESEMBARGADORA ANILDES Cruz recebeu a placa e o diploma homenageando o Poder Judiciário

ção da imensa maioria dos seus 263 magistrados do 1º grau, e 27 do 2º grau, empenhados em aprimorar a produtividade nos julgamentos e superar os entraves causados pela avalanche processual.

Presente à solenidade, o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Gervásio Santos, destacou a importância do Poder Judiciário na promoção da Justiça, exercendo a sua função constitucional de guardião das leis.

Ao expor os motivos para

homenagear o TJMA, o vereador Ivaldo Rodrigues relembrou que a proposta foi aprovada por unanimidade pelos parlamenta-res municipais, que reconheceram o importante papel desem-penhado pelo Judiciário em prol da Justiça, atuando com equilíbrio nas questões judiciais que envolvendo interesses do cida-dão e do Estado. "Julgar pesso-as é uma nobre e difícil missão", afirmou.

Os desembargadores Guer-reiro Júnior, Nelma Sarney e Cleones Carvalho e Maria dos Remédios Buna também foram agraciados com o Diploma. Na ocasião, eles foram também representados pela desembarga-dora Anildes Cruz.

A cerimônia foi presidida pelo vereador Isaías Pereirinha e contou com a participação do secretário municipal de Meio Ambiente Rodrigo Maia, representando o prefeito de São Luís Edivaldo Holanda, e da promotora Maria da Glória Mafra, representando o presidente da Associação dos Promotores, Carlos Augusto Cutrim.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TJ-MA 200 ANOS 30/04/2014 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - POLITICA - INFORME JP - MIUDINHAS - PAG.: 3 POSITIVA - CM.: 4 (2 x 2 col) O TRIBUNAL DE JUSTIÇA FOI HOMENAGEADO (...)

• O Tribunal de Justiça foi homenageado pela Câmara dos Vereadores de São Luís, pelos relevantes serviços prestados à sociedade e à Justiça em seus 200 anos de existência. A homenagem foi proposta pelo vereador Ivaldo Rodrigues.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - CGJ - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA - VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.: 32

30/04/2014 - JORNAL PEQUENO 1º CADERNO - ESTADO - PAG.: 6 POSITIVA - CM.: 72 (18 x 4 col)

JUÍZA NEGA PEDIDO DE CONSTRUTORA CONTRATADA COM DISPENSA DE LICITAÇÃO

PONTE SOBRE O PINDARÉ

Juíza nega pedido de construtora contratada com dispensa de licitação

A juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Luzia Madeiro Neponucena, julgou improcedente o pedido da Construtora Beton Ltda, que cobrava R\$ 6,1 milhões ao Estado do Maranhão pela realização de obra de recuperação dos encontros da ponte sobre o Rio Pindaré, na rodovia MA-014, que liga os municípios de Viana e Vitória do Mearim. Os serviços foram executados em 2003, com dispensa de licitação o que, segundo a magistrada, tratou-se de contração ilegal e irregular.

Na decisão, a juíza afirma que um dos princípios consti-tucionais da Administração Pública é a legalidade de seus atos e que "a dispensa de licitação no caso em tela encontra-se eivada de flagrantes ilegalidades, incabível, pois, na espécie ser referendado por parte da Justiça". A magistrada ressalta que a dispensa não ocorreu conforme prevê a lei: ocorre quando se verificam situações onde a licitação, embora possível em face da viabilidade de competição, não se justifica, presente o interesse público, sendo a necessidade de ação imediata do Poder Público em defesa de valores maiores postos em perigo,

um evento imprevisível.

Segundo Luzia Madeiro Neponucena, o que tem se verificado é a realização de procedimentos licitatórios burlados para atender grupos convenientes, impedindo outros de concorrerem. "Faz-se aditivo em cima de aditivo, uma forma de burlar a lei, inclusive, acréscimos resultantes das modificações havidas no projeto original que, sequer, foram objeto de contrato por parte do réucontratante, conforme declaração do próprio autor da ação", afirmou a magistrada.

Na ação, a construtora alega que o valor global dos serviços superou em muito o contratado, tendo a obra sido realizada, atestada e recebida pelo governo estadual, sem a empresa receber o pagamento pelos serviços executados fora do valor original. A Beton cobrou R\$ 2,8 milhões, ficando o valor corrigido em R\$ 6,1 milhões.

Segundo a requerente, todas as alterações feitas no projeto da obra geraram um incremento substancial no custo original, de maneira que o primeiro aditivo alcançou apenas 25% do valor do contrato, sendo insuficiente para cobertura desse acréscimo. (Ascom / TJ- MA) A juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, Luzia Madeiro Neponucena, julgou improcedente o pedido da Construtora Beton Ltda., que cobrava R\$ 6,1 milhões ao Estado do Maranhão pela realização de obra de recuperação dos encontros da ponte sobre o Rio Pindaré, na rodovia MA-014, que liga os municípios de Viana e Vitória do Mearim. Os serviços foram executados em 2003, com dispensa de licitação o que, segundo a magistrada, tratou-se de contração ilegal e irregular.

Na decisão, a juíza afirma que um dos princípios consti-tucionais da Administração Pública é a legalidade de seus atos e que "a dispensa de licitação no caso em tela encontra-se eivada de flagrantes ilegalidades, incabível, pois, na espécie ser referendado por parte da Justiça". A magistrada ressaltá que a dispensa não ocorreu conforme prevê a lei: ocorre quando se verificam situações onde a licitação, embora possível em face da viabilidade de competição, não se justifica, presente o interesse público, sendo a ne-cessidade de ação imediata do Poder Público em defesa de valores maiores postos em perigo,

um evento imprevisível.

Segundo Luzia Madeiro Neponucena, o que tem se verificado é a realização de procedimentos licitatórios burlados para atender grupos convenientes, impedindo outros de concorrerem. "Faz-se aditivo em cima de aditivo, uma forma de burlar a lei, inclusive, acréscimos resultantes das modificações havidas no projeto original que, sequer, foram objeto de contrato por parte do réucontratante, conforme declaração do próprio autor da ação", afirmou a magistrada.

Na ação, a construtora alega que o valor global dos serviços superou em muito o contratado, tendo a obra sido realizada, atestada e recebida pelo governo estadual, sem a empresa receber o pagamento pelos serviços executados fora do valor original. A Beton cobrou R\$ 2,8 milhões, ficando o valor corrigido em R\$ 6,1 milhões.

Segundo a requerente, todas as alterações feitas no projeto da obra geraram um incremento substancial no custo original, de maneira que o primeiro aditivo alcançou apenas 25% do valor do contrato, sendo insuficiente para cobertura desse acréscimo. (Ascom / TJMA)